

do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos seguintes cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Doralice Pereira de Freitas	12-12-1953
Francisco das Chagas Gomes de Freitas	5-8-1956
Lívio Rampazzo Alves Moreno	14-1-1966
Patrícia Figueiredo Truesdell	17-2-1973
Orcelita Evangelista dos Santos Silva	23-12-1967
Giovanni Vilela de Moura	5-8-1967
Erika Negrelli Soares	8-9-1979
Anderson Soares	3-10-1978
Valéria Jordão	25-1-1971
Sidney Moreira	11-12-1977
João Valentim Herzog	11-10-1965
Aelson dos Santos	11-12-1970
Marcio Guimarães	5-7-1973
Carlos Alberto Brandão	6-6-1981

19 de Outubro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 22 785/2006

Lista n.º 63/06

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Outubro de 2006, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos políticos, previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 17.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, ao cidadão brasileiro:

	Data de nascimento
António Mercado Neto	30-1-1945

20 de Outubro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 1661/2006

Por ter saído inexacta a publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 18 de Setembro de 2006, da lista n.º 48/2006, despacho n.º 18 887/2006 (2.ª série), relativamente à concessão do estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, rectifica-se que onde se lê:

	«Data de nascimento
Lucas Martins da Costra Pinto	15-6-1985»

deve ler-se:

	«Data de nascimento
Lucas Martins da Costa Pinto	15-6-1985»

20 de Outubro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Directora do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto
e dos Assuntos Europeus

Despacho n.º 22 786/2006

Considerando a multiplicidade e complexidade das atribuições cometidas ao meu Gabinete e a conseqüente necessidade de o dotar de especialistas capazes de assegurar com eficiência a sua prossecução, determino:

1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado Miguel

Sabino Franco e Abreu para exercer as funções de assessor, no meu Gabinete, no âmbito das suas qualificações académicas e profissionais, equiparado, para todos os efeitos legais, a adjunto de gabinete.

2 — A presente nomeação tem a duração de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos de tempo.

3 — É atribuído ao nomeado a remuneração mensal correspondente ao vencimento e despesas de representação fixados para os adjuntos dos gabinetes de membros do Governo, acrescida de subsídio de refeição e das demais regalias em vigor, sendo aquela remuneração a tomar por base na determinação dos subsídios de férias e de Natal a que tiver direito, nos termos da lei.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 27 de Outubro de 2006.

18 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, *Manuel Lobo Antunes*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Rectificação n.º 1662/2006

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 27 de Outubro de 2006, o regulamento da CMVM n.º 6/2006, rectifica-se que, no artigo 5.º, onde se lê «referidos no artigo 2.º» deve ler-se «referidos nos artigos 2.º, 3.º e 4.º».

30 de Outubro de 2006. — Os Vogais do Conselho Directivo: *Rui Ambrósio Tribolet — Rui Correia Pedras*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso n.º 11 761/2006

Na sequência da execução do Acórdão do Pleno do Supremo Tribunal Administrativo, de 19 de Janeiro de 2006, processo n.º 38 862/95, faz-se público que, por despacho do director-geral dos Impostos, de 11 de Julho de 2006, foi homologada a classificação final atribuída à candidata Alda Maria Alves Ramos Branco, sendo integrada na lista de classificação final, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 166, de 19 de Julho de 1996, com 11 valores, no âmbito do concurso para perito de fiscalização tributária estagiário, aberto por aviso divulgado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 231, de 6 de Outubro de 1994.

18 de Outubro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Direcção-Geral do Património

Aviso (extracto) n.º 11 762/2006

Por despacho de 25 de Outubro de 2006 do director de Serviços Administrativos, por delegação de competências, Pedro Miguel Nunes Guiomar Carvalho, Elsa Manuela Morais Ribeiro, Maria Fernandina da Conceição Marques, Carla Cristina Tavares dos Santos Passos e Irene de Sousa Lopes Baião foram nomeados, definitivamente, precedendo concurso e obtida confirmação de cabimento orçamental da 3.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, na categoria de assistente administrativo especialista do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir da data da assinatura do termo de aceitação.

25 de Outubro de 2006. — O Director de Serviços Administrativos, *António Adriano de Matos Almeida*.

Aviso (extracto) n.º 11 763/2006

Por despacho de 25 de Outubro de 2006 do director de Serviços Administrativos, por delegação de competências, Maria Antónia Nobre Silva Martins Jacinto Trindade Chagas e Sílvia Lourenço Caetano Nereu foram nomeadas, definitivamente, precedendo concurso e obtida confirmação de cabimento orçamental da 3.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, na categoria de técnica superior prin-

cipal do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir da data da assinatura do termo de aceitação.

25 de Outubro de 2006. — O Director de Serviços Administrativos, *António Adriano de Matos Almeida*.

Instituto de Informática

Aviso n.º 11 764/2006

Por despacho de 24 de Outubro de 2006 do presidente do conselho de direcção, Rodrigo Oliveira Santos, técnico de informática do grau 1, nível 2, do quadro de pessoal do Instituto de Informática, em comissão de serviço extraordinária como especialista de informática do grau 1, nível 2, do mesmo Instituto, foi provido, por reclassificação profissional, na referida categoria, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

25 de Outubro de 2006. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Luísa Maria Pinheiro de Almeida Fernandes*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Despacho n.º 22 787/2006

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 18 236/2006, de 3 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2006, e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos Militares em Acções de Cooperação Técnico-Militar Concretizadas em Território Estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo Estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorogo por um período de 30 dias, com início em 27 de Outubro de 2006, a comissão do tenente-coronel INF 17766982, Fernando Manuel Rodrigues Pereira de Albuquerque, no desempenho das funções de director técnico do Projecto n.º 5 — Centro de Instrução de Operações de Apoio à Paz, inscrito no Programa Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

24 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes*.

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho n.º 22 788/2006

Na sequência do procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo, de direcção intermédia do 2.º grau, de chefe de divisão de Incentivos à Prestação do Serviço Militar, da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, nos termos do disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso das minhas competências próprias, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, o licenciado João José Veríssimo Domingues.

O nomeado tem o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos da Divisão de Incentivos à Prestação do Serviço Militar, sendo dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respectivo currículo profissional.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

31 de Setembro de 2006. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

Nota curricular

João José Veríssimo Domingues, de nacionalidade portuguesa, nascido a 28 de Agosto de 1966, na Amadora, licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, técnico superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional.

Em 1991, no âmbito do cumprimento do serviço militar obrigatório, exerceu as funções de investigador criminal principal na Delegação de Évora da Polícia Judiciária Militar.

Entre 1992 e 1994 exerceu a actividade de consultor jurídico voluntário a várias entidades privadas, designadamente na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e em vários projectos de âmbito social desenvolvidos pelo centro paroquial da Amadora, incidindo a mesma maioritariamente sobre as áreas do direito penal, do direito civil, do direito do trabalho e da segurança social.

Enquanto militar em regime de contrato, desempenhou as funções de assessor jurídico na Divisão de Pessoal do Estado-Maior do Exército entre 15 de Março de 1995 e 1 de Agosto de 2002. Durante esse período desenvolveu ininterruptamente estudos e pareceres, bem como projectos de despacho e diploma legais de natureza orgânica e regulamentar, na área do recrutamento e mobilização de pessoal, sobre as matérias referentes ao estatuto dos militares, ao seu sistema remuneratório e à aplicação da legislação sobre o regime de incentivos de adesão aos regimes de contrato e de voluntariado.

De 1 de Agosto de 2002 a 15 de Maio de 2005, na Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional, exerceu as funções de assessoria jurídica na respectiva Direcção de Serviços de Gestão Patrimonial; no âmbito das funções acima referidas, desenvolveu vários projectos de diplomas legais sobre a criação do regime jurídico da exploração dos bens do domínio público afectos à defesa nacional, bem como a elaboração de diversos protocolos de utilização precária desses bens por entidades públicas ou privadas de interesse público. Interveio ainda no processo de regulamentação referente à concessão das designadas casas do Estado a funcionários deslocados da sua área de residência, bem como no processo de aquisição por via do direito privado e de expropriação pública dos terrenos destinados à construção do oleoduto/pipeline Nato em Porto Santo.

Desde 2005 tem exercido o cargo de chefe de divisão de Incentivos à Prestação de Serviço Militar, da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, do Ministério da Defesa Nacional, tendo desenvolvido estudos e pareceres sobre o alcance efectivo dos vários incentivos legalmente previstos, com especial incidência nas áreas da inserção no mercado de trabalho e nas medidas de apoio social, tanto na óptica da sua monitorização como na vertente da respectiva apreciação concreta e quantificação de encargos financeiros, além de ter proposto várias alterações à legislação em vigor sobre estas matérias, tendo em conta as necessidades inerentes ao recrutamento militar, à retenção de efectivos e à reinserção dos militares em regime de contrato e de voluntariado no mercado de trabalho.

Despacho n.º 22 789/2006

Na sequência do procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 2.º grau chefe da Divisão da Saúde Militar, da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, nos termos do disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso das minhas competências próprias, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, o capitão-de-fragata Egídio José Jorge Pedro.

O nomeado tem o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos da Divisão de Saúde Militar, sendo dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respectivo currículo académico e profissional.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

2 de Outubro de 2006. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

Nota curricular

Egídio José Jorge Pedro, de 48 anos, natural de Loures, capitão-de-fragata, médico naval, ingressou no quadro permanente da Marinha Portuguesa, após provas públicas, em 1985. Foi admitido com a classificação final de *Muito bom*.

Licenciou-se em Medicina, com a classificação final de *Bom com distinção*, em 1982, e obteve o grau de mestre em Patologia Química, em 1999, pela Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade Nova de Lisboa (UNL). É doutorado em Medicina — Aterosclerose, pela Universidade de Siena (Itália), desde Janeiro de 2006.

Exerceu funções docentes no Departamento de Bioquímica da FCM da UNL de 1979 a 2001.

Efectuou, desde 1985 a 1998, várias comissões de embarque, como chefe do serviço de saúde de bordo dos navios da República Portuguesa (NRP) *João Roby*, *Corte Real*, *Honório Barreto*, *Comandante João Belo*, *Comandante Hermenegildo Capelo*, *Oliveira e Carmo* e participou, em 1998, na Operação Crocodilo, de evacuação de refugiados na República da Guiné-Bissau, embarcado no NRP *Vasco da Gama*.

Efectuou, de 1989 a 2005, vários estágios de formação médica no estrangeiro: Centro per lo Studio dell'Arteriosclerosi e della Mallatie